



ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012
DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e doze, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Caminha, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Minho Lima, adiante designada por CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Assembleia Intermunicipal.-----

---O senhor Presidente da Assembleia informou que o senhor Presidente do Conselho Executivo comunicou a sua impossibilidade de estar presente, pelo que, as suas funções foram exercidas pelo o senhor Vice-Presidente, Dr. Francisco Rodrigues Araújo.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos. ----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Ata da 1.ª Reunião Ordinária de 2012 da Assembleia Intermunicipal; -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia; -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo (ponto 3, art.º 29º do Regimento); -----

2.2. Apresentação do relatório da Comissão da Saúde e Assuntos Sociais. -----

2.3. Apresentação de proposta "Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos". -----

2.4. Apresentação de proposta "Aquisição das ações da MINHOCOM, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM e VALICOM, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM" -

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia verificou as seguintes substituições: o membro José Adriano Monteiro Alves (PS Monção) fez-se substituir por António Manuel Gonçalves Simões; o membro Deolinda Maria Pinto Correia do Lago Vieira (CDS/PP Ponte de Lima) fez-se substituir por Hélio Lucas Fernandes de Araújo (que comunicou a sua impossibilidade de estar presente); o membro Severino Manuel Gomes de Sousa (PSD Caminha) fez-se substituir por Narciso Costa Correia; o membro Manuel Filipe Domingues Dias (PSD Monção) fez-se substituir por António Fernando Vaz. -----



O membro Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves justificou a sua falta, não lhe tendo sido possível fazer a sua substituição pelo membro seguinte, por este também estar impossibilitado de comparecer.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Vice-Presidente o esclarecimento para a introdução do ponto 2.4 - Apresentação de proposta "Aquisição das ações da MINHOCOM, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM e VALICOM, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM", nesta reunião. -----

--- O senhor Vice-Presidente justificou a falta do senhor Presidente do Conselho Executivo motivada por razões familiares.-----

Começou por explicar que o assunto, relativo á aquisição de ações, foi analisado em reunião do Conselho Executivo e deliberado ser presente à Assembleia Intermunicipal para efeitos de decisão. Tem como principal razão o facto, de haver inicialmente um entendimento, de que estes assuntos seriam levados às Assembleias Municipais. Com alteração da lei, este terá de ser objeto de deliberação da Assembleia Intermunicipal, razão pela qual foram levados inicialmente às Assembleias Municipais e agora à Assembleia Intermunicipal, sendo que, em conformidade com a lei a votação nas Assembleias Municipais não é exigida, solicitaram que fosse presente nesta Assembleia para efeitos de decisão e sobre o mesmo deliberassem. -----

--- O senhor Presidente concedeu a palavra ao membro Roleira Marinho. -----

Roleira Marinho (PSD) – Referiu que, antes de procederem à votação pretendia fazer uma interpelação à mesa, através do senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo, uma vez que os documentos deste processo, foram entregues tardiamente e não houve tempo para refletir sobre a posição da CIM. Questionou o senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo, sobre a inconveniência de, eventualmente, este assunto ser analisado numa próxima reunião, pela necessidade de reflexão, mesmo nos próprios partidos, sobre esta tramitação.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo, referindo que, o Executivo solicitava que este assunto pudesse ser objeto de deliberação, uma vez que era importante encerrá-lo. -----

Informou terem sido constituídas duas empresas de carácter público, com 51% de capital público, para a implementação do projeto referente à infraestruturização do território ao nível da fibra ótica. Referiu que, a Valimar e a Associação de Municípios do Vale do Minho são detentoras de ações desse capital, e o que está em curso, é a sua fusão, pois a concorrência no âmbito das novas tecnologias, nomeadamente, da rede de fibra ótica, é enorme. Afirmou sobre um ganho de escala, até porque é obrigatório manter-se como capital público durante o período de vigência da própria candidatura, propondo-se à Assembleia Intermunicipal que autorize, a CIM a aceitar, a título gratuito, as ações detidas pelas Associações de Municípios: Valimar e Associação de Município do Vale do Minho, para posteriormente se fazer a fusão entre estas



duas empresas públicas, ficando apenas uma empresa. Referiu a Lei 50/2012, de 31 de Agosto e a vigora desde 1 de Setembro, sobre empresas locais e que seria de todo o interesse avançar com este processo, uma vez que a Valimar está em processo de dissolução, sendo, importante que este processo encerre. Mencionando que o que está em discussão, é a aceitação dessas ações, por parte da Valimar. Sendo importante esta aceitação para a CIM para posterior processo de fusão.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação da inclusão deste ponto, nesta reunião, e foi aprovado por unanimidade. -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Ata da 1.ª Reunião Ordinária de 2012 da Assembleia Intermunicipal.

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação tendo sido aprovada com 26 votos a favor, 0 votos contra e 5 abstenções. -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Inscreveram-se os membros: Paulo Morais, José Carlos Resende, Roleira Marinho, Fernando Cabodeira, Martinho Cerqueira e José Carlos Freitas. -----

Paulo Morais (PSD) – Após cumprimentar todos os presentes, começou por dirigir-se ao senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo, citando que como é de conhecimento geral, na sessão de 25 de outubro de 2010 da Assembleia Intermunicipal, foi deliberado a colocação, da bandeira da CIM, a meia haste como sinal de luto pela discriminação a que o Alto Minho foi votado no processo das SCUT. Acrescentou que, o senhor Presidente do Conselho Executivo na altura não deu seguimento a essa deliberação, que, deveria ter tido lugar no início de novembro. Na sequência desse incumprimento apresentou queixa no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga e, que a Comunidade Intermunicipal Minho-Lima, representada pelo seu Presidente do Conselho Executivo, em requerimento apresentado em processo judicial 350/11.0 TAF de Braga que opõe ao declarante, assumiu, o não cumprimento da deliberação da Assembleia datada de 25 de outubro de 2010, no que respeita à deliberação aprovada pela Assembleia Intermunicipal. Decorreu a obrigatoriedade de colocação da bandeira, a meia haste, nas Instalações da Villa Moraes nos dias 08 e 09 de novembro de 2011, como forma de exprimir o sentido de luto face à discriminação sentida na região Norte em relação à cobrança das portagens nas SCUT. Perante a constatação de que o referido ato foi cumprido posteriormente, cerca de nove meses mais



tarde, nos dias 29 e 30 junho de 2012, contrariando a deliberação que havia sido tomada em Assembleia, decorre que o senhor Presidente do Conselho Executivo, reconheceu, em sede judicial, o incumprimento verificado, atendendo-se que em face do enquadramento legal vigente esta conduta se configurou com uma ilegalidade grave, que se traduziu na prossecução de fins alheios ao interesse público. Concluindo que, intencionalmente não foi cumprida a deliberação tomada pelo órgão com competência deliberativa, a Assembleia Intermunicipal que integram, desconsiderando todos os seus membros. Tendo sido a razão que levou à apresentação da queixa no TAF de Braga, pelo que, em nome do interesse coletivo e, do sobrelevar da tolerância sempre necessária na condução da vida política de uma sociedade que se pretende plenamente democrática, e também pela valorização dos órgãos que todos os presente dignamente representam, convidando o senhor Presidente do Conselho Executivo a apresentar, quando achar conveniente, o seu lamento, reconhecendo o incumprimento das normas, perante a Assembleia, acompanhando assim, em termos políticos aquilo que já anunciou em sede policial. Mais informou que a sua atitude face ao processo judicial, dependerá da atitude que decorra da posição do senhor Presidente do Conselho Executivo sobre o assunto.-----

José Carlos Resende (PS) – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que há cerca de um ano se fala sobre as bandeiras, e em sequência do assunto, apresenta uma proposta de protesto contra o fim da isenção das Scuts, tendo passado à leitura do documento apresentado.(Doc. 7/2012) -----

---- Informa sobre solicitação à Mesa do envio da Moção a todos os meios de comunicação social e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, caso a mesma seja aprovada. Acrescentou que esteve com vários membros da Assembleia Intermunicipal em manifestações e movimentos, no sentido de tentarem evitar a introdução das portagens na região norte, tendo resultado uma redução das portagens, tendo-se envolvido todas as forças políticas sem distinções, e que, este é o momento importante que consubstancia na aprovação da moção.-----

Fernando Cabodeira (PS) – Cumprimentando todos os presentes, apresentou em nome do Partido Socialista, diretamente ao membro Martinho Cerqueira, sentidas condolências, pelo recente falecimento da esposa.-----

Em nome da bancada socialista apresentou um voto de congratulação ao limiano Fernando Pimenta, pela conquista da medalha de prata nos recentes jogos olímpicos, que orgulhou o país, a região e os limianos em particular, louvando o excelente trabalho que tem sido desenvolvido pelo Clube Náutico de Ponte de Lima. Congratulou também o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, bem como o treinador Hélio Lucas, pelo excelente trabalho desenvolvido.-----

--- Passou para uma avaliação de assuntos preocupantes da região do Alto Minho, e que, neste momento o Alto Minho é o espelho do país e, o país infelizmente, reflete o Alto Minho. Aponta



uma situação catastrófica a nível nacional e dramática a nível do nosso distrito em várias vertentes, sendo uma delas, a situação anteriormente apresentada pelo membro José Carlos Resende, em relação ao fim das isenções das SCUT. Referiu ser uma situação dramática em todos os setores; tendo já o número de desempregados ultrapassado os vinte mil, num distrito que tem duzentos e cinquenta mil habitantes. Preocupação geral a ser realçada, junto da Comunidade Intermunicipal, para que numa união de esforços se tente diminuir a tragédia vivida no Alto Minho. Referiu também a situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, uma vez que, o Governo decidiu pela sua privatização. Esclarecendo que é com muita preocupação, e sem questões político-partidárias, mas defendendo apenas a região do Alto Minho, sobre a atuação do Governo nesta área, questionando, ao fim de 15 meses de executivo, sobre que benefícios, referindo não existir um único acontecimento a apontar, quer na educação, na saúde, na economia, na agricultura, pelo que não enaltece a ação do Governo. Perante a situação dramática vivida é preocupação constante de todos a situação difícil em que se encontram as autarquias, embora com grande esforço tentem ultrapassar as dificuldades.-----

--- Saliu ser uma situação de âmbito social que deve preocupar todos, independentemente da vertente política, pois os dados quer a nível nacional quer internacional espelham as dificuldades aumentadas, nomeadamente a Cáritas Diocesana, pelo aumento da procura pelos Vianenses para ultrapassar a situação dolorosa que assola milhares de famílias no distrito de Viana do Castelo, como o próprio Banco Alimentar Contra a Fome de Viana do Castelo registando um aumento de procura de alimentos.-----

Persistiu, questionando sobre a posição do Governo da República para os vários concelhos mencionando os Arcos de Valdevez, em que nenhum setor de atividade tenha demonstrado alguma cooperação benéfica para a população do Alto Minho e inclusive para as Autarquias.-----

--- Referindo a proposta do Governo para acabar com algumas freguesias, situação que o Grupo do PS não aceita, defendendo a necessidade de uma política de proximidade, continuando a ter a mesma postura de coerência nesta defesa, como é o caso das Juntas de Freguesia, referindo as necessidades das freguesias recônditas dos vários concelhos do distrito em que recorrem muito aos Presidentes de Junta de Freguesia.-----

--- Referiu que, os representantes das Associações Comerciais, da Associação Empresarial de Viana do Castelo, do CEVAL e outras, não enaltecem nenhuma medida que o atual Governo tenha tomado para benefício da população do Alto Minho.-----

--- Sublinhou, que neste contexto dramático têm sido, felizmente, louvável o trabalho de proximidade das Câmara Municipais. -----

--- A preocupação do Grupo do PS é cada vez maior quer a nível nacional quer com o Alto Minho, pois existem cada vez mais concelhos desertificados, sem apoios visíveis para o setor da agricultura, a nível florestal e ambiental, também não existindo qualquer apoio, a nível da



educação, principalmente no apetrechamento e na cooperação com as Câmaras Municipais para complementar o parque escolar. -----

Congratulou-se com todos os autarcas que tem lutado contra tudo e contra todos para minimizar a dor da população do Alto Minho.-----

Roleira Marinho (PSD) - Após cumprimentar todos os presentes, referiu que, pela segunda vez o Partido Socialista levanta na CIM a questão das SCUT, no sentido de repudiar as portagens, o que não fez aquando do rocambolesco episódio das bandeiras. -----

Citou que, o PS não acompanhou o PSD nem o CDS nessa posição, não estando nessa altura o PS nesse movimento. Dirigindo-se ao Grupo do Partido Socialista, referiu que, pese embora a bondade do novo pensamento sobre a matéria, esta é contra a posição que assumiram anteriormente.-----

--- Citou ainda que, as portagens nas SCUT são assunto que o Partido Socialista impôs, razão pela qual não votarão favoravelmente a moção. -----

Dirigindo-se a todo o plenário, referiu que os caminhos da governação serão avaliados por cada um, assim como da CIM, segundo parâmetros de entendam mais corretos, nunca deixando de pensar no ponto de partida e nas causas que levaram o país ao estado atual, quem foram os autores, e só então, tirar conclusões. Expressou que a situação não é confortável e culpabilizar alguém seria simplista, pois cabem responsabilidades a muitos sendo difícil agora superar tantas dificuldades, sendo as responsabilidades sempre lançadas para quem tenta encontrar soluções.

Não se alongando em mais considerações, num contexto em que nem tudo está bem impõem-se algumas correções para reencontrar o equilíbrio e responder às dificuldades e anseios de Portugal e dos portugueses. Frisou que o PS tinha no seu programa eleitoral prevista a extinção das freguesias pequenas. -----

--- Para terminar, expôs uma palavra de aplauso às iniciativas que a Comissão Executiva tem promovido, no sentido de debater questões que se colocam no âmbito do desenvolvimento Alto Minho Desafio 2020. Citou que, é realmente importante prepararem o futuro, numa base de construção sólida e realista, baseada no reconhecimento da realidade, das potencialidades e na perspetiva de um desenvolvimento integrado e abrangente do todo do território do Alto Minho, sem desconsiderar o lado da vizinha Galiza e, do outro extremo, o Porto e Braga.-----

--- Enalteceu os Seminários realizados pela CIM, em Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira e Valença, que para além da qualidade, se pautaram pela elegância, pela elevação e pela postura institucional de todos os intervenientes contando, o encerramento dos mesmos, com a presença dos mais altos responsáveis.-----

--- O mesmo não afirmando referindo-se à Conferência "A indústria naval no horizonte 2020: Potencial económico e perspetivas", realizada em Viana do Castelo com duas intervenções de



ataques políticos, completamente descontextualizados, primando os protagonistas pela ausência no encerramento, tida como pouca consideração pelos participantes.-----

---Referiu ser notória ausência do senhor Presidente da Assembleia da CIM, assim como, como do senhor Presidente do Conselho Executivo nos grandes momentos de vivência coletiva de cada um dos Concelhos, particularmente nos festejos concelhios ou Feriados Municipais. -----

--- Questiona sobre a utilização de equipamentos coletivos de propriedade comum.-----

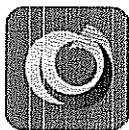
Martinho Cerqueira (CDU) - Após cumprimentar todo o plenário, referiu que foi lembrado pelo membro do Partido Socialista a situação fatídica dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que o atual Governo continua sem resolver a situação delicada dos seus trabalhadores, que há cerca de um ano que estão parados e a receber, uma realidade que poderia já ter sido resolvida e que por culpa dos políticos continua a ser protelada. Referiu ser uma vergonha nacional e que a última situação crítica foi a retirada das encomendas dos navios militares aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. -----

--- Relativamente às SCUT, citou que o PS, PSD e CDS são culpabilizados pelo tormento da população do Alto Minho continuando impunes, achando ser o momento oportuno para expressar o descontentamento e, que estarão sempre ao lado da população que terá que continuar a pagar. -----

--- Seguidamente passou à leitura do documento apresentado, relativo à Reforma Administrativa. (Doc.8/2012)-----

José Carlos Freitas (CDS) - Após cumprimentar todos os presentes, mostrou-se indignado com as questões político partidárias discutidas na situação, em que se vive, de emergência nacional, referindo que, todos têm razão e culpa, culpabilizando todos os partidos salvaguardando as devidas proporções, pela situação em que o país se encontra. Não adiantando confrontações entre passado e o futuro e vice versa, sendo necessário procurar soluções de consenso, que evitem o afundamento. Acrescentando que a culpa é tripartida e que não existem responsáveis únicos mas sim corresponsáveis, sendo urgente um consenso com responsabilidade. Referiu que, todos enquanto dirigentes e membros de partidos políticos com maior ou menor relevância têm também, o dever de, pugnar pelas suas convicções, que nem sempre têm que ser as convicções dos partidos pelos quais foram eleitos, não acreditando que tenham sempre posições e ideologias antagónicas àquelas dos partidos pelas quais foram eleitos, mas que muitas vezes se deixam absorver. Solicitou desculpas pelo desabafo, mas considerou que o deveria fazer dentro do contexto. -----

--- Relativamente ao fim da discriminação positiva nas SCUT, referiu que é conhecimento geral o problema que afeta a região e sendo-lhe retirada uma via de comunicação por excelência, que é a única via que ainda faz a ligação com o exterior, que já não procura o Alto Minho, que se por um lado vão arrecadar-se algumas receitas, por outro, se vai perder, por via da queda das



receitas fiscais que daí adviriam, exemplificando com famílias que trabalham no Porto e que vivem em Viana do Castelo, assim como empresas que se deslocam todos os dias para outros destinos.-----

Questionando como é possível numa situação de difícil equilíbrio conseguirem fazer face a esta situação, perfeitamente insustentável.-----

José Carlos Resende (PS) – Referiu que, embora tanto no regimento como na tradição, a defesa da honra merece uma intervenção imediata àquela que alegadamente deu origem à alegada ofensa, mencionou que após as intervenções anteriores, nomeadamente de um representante do CDS, uma vez que o membro José Carlos Freitas, participou consigo em reuniões com o objetivo de tentar evitar a introdução de portagens nas SCUT, especialmente na A28 em Viana do Castelo, recorda ter encontrado na Assembleia da República um deputado do CDS a tentar demonstrar aos deputados do Partido Socialista que na altura governavam, a gravidade da situação. Abordou as manifestações realizadas, nomeadamente uma realizada em Viana do Castelo, para a qual foram convidadas as Assembleias Municipais do Distrito e onde estiveram presentes, com fraca adesão, defendendo a abolição das portagens para defesa dos interesses da região.-----

Roleira Marinho (PSD) - Dirigindo-se ao membro José Carlos Resende, referiu que não verbalizou que o Partido Socialista foi a favor das portagens na CIM, mas sim que o Partido Socialista, na CIM, não votou favoravelmente à Moção de repúdio e protesto de içar as bandeiras a meia haste, razão pela qual não votarão favoravelmente a Moção. Mencionando que o grupo do PS nunca acompanhou nas posições que sucessivamente foram apresentadas e que as portagens têm uma marca de origem, Partido Socialista.-----

Fernando Cabodeira (PS) – Mencionou que, está em ata a votação na Assembleia e que o Partido Socialista só não votou favoravelmente, pela questão da bandeira a meia haste, e que o Partido Socialista no Alto Minho foi todo contra a introdução de portagens. -----

José Carlos Resende inicia um pedido de defesa de honra e é suspenso, temporariamente.-----

Narciso Correia (PSD) – Referiu que, pretendia fazer uma interpelação à Mesa, informando que nos termos do art.º45 do Regimento indica que: o membro da Assembleia Intermunicipal que pedir a palavra para invocar “defesa de honra” o regimento indica a norma infringida com as considerações indispensáveis para o efeito. Referindo que o que se passou não tem nada a ver com defesa da honra, porque de acordo com o art.º 44º do Regimento: “Sempre que um membro da Assembleia Intermunicipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a 5 minutos”, existindo ainda o art.º 42º do Regimento, que diz o uso da palavra em reuniões é concedido para, eventualmente, exercer-se o direito de defesa, e que não se apercebeu que qualquer um dos membros da Assembleia que tivesse usado da palavra, tenha sido ofensivo,



para qualquer outro Membro da Assembleia Intermunicipal. No seu entendimento foi apresentada uma moção sobre o tema das portagens e que deverá esta moção ser posta a votação em dois sentidos: se é admitida ou não a discussão, e, sendo admitida passar a votação. -----

Considerando que se presenciaram considerações políticas sobre a questão das SCUT, e que serão discutidas na apresentação da moção, pois esse é o período que está aberto para se discutir sobre o conteúdo da moção.-----

Informando que não se pode usar o direito de defesa, ou do direito de invocar a ofensa à consideração pessoal, uma qualquer discussão de questão partidária ou política, sendo que para esse efeito, existe um outro artigo que menciona que, sempre que um orador se desviar do assunto em discussão, ou quando o discurso se tornar injurioso ou ofensivo, pode e deve o senhor Presidente da Mesa retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude. -----

José Carlos Resende (PS) – Referiu que, o que se verbalizou na Assembleia foi, que os Membros do Partido Socialista que estão presentes não contestaram o problema das SCUT. Em resposta o Grupo do PS proferiu que não era verdade e, seguidamente, foi afirmado que o problema não era esse, e que o PS apenas não concordava com uma decisão.-----

Sendo uma forma de contestação, e que na verdade é que todos subscreveram permanentemente essas declarações e que é falso quando se diz o oposto. Sentindo ofensa de honra ao partido e, à sua honra, pois participou nessa “luta” com duas deslocações a Lisboa para participar em reuniões e manifestações.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia lembrou o último parágrafo da Moção contra o fim da isenção das SCUT, relendo o ponto nº 1 e nº 2 e, abriu as inscrições para discussão da mesma.

--- Inscreveram-se os membros Paulo Morais, Abel Baptista e José Carlos Resende. -----

Paulo Morais (PSD) – Considera que a discussão desta moção é prematura, uma vez que a Assembleia, sobre esta mesma matéria, já deliberou a 25 de outubro de 2010 e aprovou uma moção que entretanto apenas foi parcialmente cumprida, por instância do Tribunal Administrativo, não tendo sido completamente cumprida até aos dias de hoje, porque o senhor Presidente do Conselho Executivo entendeu não cumprir, por subserviência ao Governo anterior, e uma vez que a Assembleia já aprovou sobre esta matéria, uma moção que ainda não está cumprida, considera que é prematuro abordar novamente o tema. -----

Abel Baptista (CDS) – Após cumprimentar todos os presentes, questionou o Partido Socialista, se, no âmbito, da discussão desta moção estavam dispostos a alterar a redação, para esta poder ter sequência e eventualmente consenso para votação. Pronuncia o que foi anunciado pelo senhor Secretário de Estado, de que esta alteração relativamente às condições de isenção do pagamento de portagens por residentes, sejam eles particulares ou empresas, é um problema de violação de normas comunitárias. Acrescentou que, é público que o Governo e a



ANTRAN (Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários) já terão estabelecido um pré acordo para os transportes de mercadorias e transportes coletivos de passageiros, que não viola as regras comunitárias, com a existência de períodos em que haja menor pagamento por parte desses veículos nas SCUT. -----

Mencionou que, atualmente existe uma outra possibilidade a ser estudada sobre a isenção ou diminuição de pagamentos para utilizadores frequentes. A proposta apresentada pelo Partido Socialista parece-lhe estar ferida de um problema de normas comunitárias e não poderá ser aplicada.-----

Associar-se-á numa reivindicação justa desta Comunidade, no sentido de haver algum benefício nos custos das portagens para as pessoas que utilizam a autoestrada e, se não for possível em termos legais, não poderá votar numa realidade que em consciência parece violar regras comunitárias. Sugeriu ao Partido Socialista, no sentido de se conseguir ajustar um texto consensual entre as quatro forças partidárias presentes. -----

José Carlos Resende (PS) – Referiu estar completamente de acordo, no sentido de alterar o texto da moção, de forma a cumprir esses objetivos, pois o objetivo é defender os interesses da população do Alto Minho. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro Pedro Sousa Lobo, tendo este prescindido da mesma. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu um intervalo de cinco minutos para discussão e consenso sobre esta matéria. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro José Carlos Resende. ---

José Carlos Resende (PS) – Referindo que o texto dos considerandos não mereceu alteração, apenas se alteraram as conclusões. Assim, a Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho reunida em Caminha delibera; manifestar publicamente o seu protesto e desagrado pelo eventual fim do sistema de isenções do pagamento de portagens na A28, sem ser apresentada nenhuma alternativa que permita reduzir os impactos e fundamentos negativos que as portagens estão a ter na economia do Alto Minho. Propõe solicitar ao senhor Ministro da Economia que a harmonização dos impactos económicos através da redução de portagens que tem sucedido A28 seja mantida, ou substituída, por soluções de carácter equivalente, permitindo essa solução ultrapassar o problema. (Doc. 9/2012) -----

O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão da moção. Não havendo inscritos passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada com 27 votos a favor, 0 votos contra e 14 abstenções. -----

--- O membro José Carlos Resende pede autorização, para enviar uma declaração de voto escrita à mesa.-----



Handwritten signature and initials

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo (ponto 3, art.º 29º do Regimento). -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Vice Presidente do Conselho Executivo. -----

--- O senhor Vice Presidente do Conselho Executivo começou por referir que, a taxa de execução do PTD do Minho-Lima situa-se em 98%, em virtude das candidaturas apresentadas e também no âmbito da estratégia seguida pelo Conselho Executivo e pelos Municípios. Houve um aumento da taxa de participação para 85%, cujos pagamentos estão a decorrer. Referiu que, a Comunidade viu aprovado no âmbito da bolsa de mérito 47 operações sendo que 27 das operações apresentadas já foram objeto de aprovação no valor de 35,9 milhões de euros e que se prevê a respetiva contratação a curto prazo; existindo 5 operações com investimento elegível de 9,7 milhões de euros que se espera venham a ser objeto de aprovação. Estão em fase de aprovação, 15 candidaturas no valor de 9,8 milhões de euros. Esclareceu que, estes são investimentos que os Municípios apresentaram com projetos, em várias áreas, que se prevê no âmbito da reprogramação do quadro comunitário de apoio, de possibilitar manter estes para efeitos de dar execução no âmbito daquilo que é o dinheiro que está atribuído à região norte, no caso concreto, na bolsa de mérito. -----

--- Deu conhecimento que se encontra em curso um processo antigo, que já foi objeto de apreciação por parte do senhor Presidente do Conselho Executivo, relacionado com o modelo de gestão das águas e saneamento do Alto Minho, processo que está pendente e que tem sido objeto de várias reuniões, em que a Comunidade Intermunicipal tem feito um trabalho no sentido de encontrar alternativa, à passagem do sistema para as Águas de Portugal, sendo um processo que está em curso, com desenvolvimentos no que concerne a um possível enquadramento jurídico da nova entidade municipal, do estudo de viabilidade económico-financeiro e do modelo de operação. -----

Acrescentou que, tem havido uma interação entre os municípios, com conhecimento à Assembleia Intermunicipal, e que neste momento está em fase de discussão com as Águas de Portugal. -----

--- No caso da Resulima, referiu que, por iniciativa do senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e de outros colegas que compõem a Resulima, foi endereçado um ofício à senhora Ministra do Ambiente, no sentido de, em vez da privatização da DGF no seu todo, ser possível a abordagem da aquisição do capital da Resulima por parte dos Municípios, por causa da eficiência da empresa e das taxas cobradas, que são as mais baixas do país. -----

--- Mencionou que, continua em curso o projeto da CIM piloto, no âmbito da iniciativa da reforma da administração local, um projeto com interação por parte dos Municípios e que assenta no



objetivo que se pretende, a descentralização de competências e de recursos financeiros para o próprio território. -----

--- Referiu ainda que, relativamente ao reforço da contratualização, o PTD fez um esforço grande ao nível da contratualização dos respetivos projetos, não tendo o andamento previsto, mas que a matriz era a contratualização, e pretende-se agora, no âmbito da estratégia da europa 2020, da próxima geração de programas comunitários que assente na contratualização dos espaços territoriais. É um aspeto que tem sido desenvolvido pela CIM Alto Minho, tendo subjacente a estratégia que está a ser desenvolvida com o Professor Augusto Mateus para a elaboração do plano estratégico das ações que venham a ser objeto de consensualização em torno daquilo que são alavancas importantes para o desenvolvimento da região. -----

--- Quanto à formação, informou que foram aprovadas as ações relacionadas com a administração local, ou seja, a CIM assumiu a aprovação de 47 cursos com 54 ações, abrangendo cerca de 900 formandos e que visa dar oportunidade aos funcionários dos municípios que tenham, através da CIM, formação e qualificação, contribuindo para uma maior eficiência e qualidade dos serviços municipais. -----

--- Relativamente ao processo do Alto Minho Digital, a CIM solicitou que avançassem com a respetiva fusão, pois a região tem uma geração de infraestruturas ao nível digital que é similar ao que existe de bom nas áreas metropolitanas, existindo uma dificuldade em ultrapassar, que se relaciona com a utilização dessa estrutura, pelos operadores que têm a concorrência, quer ao nível da PT, quer ao nível da EDP e de outras grandes empresas que vão instalando junto às suas infraestruturas, redes alternativas. Mencionou que, a rede do Alto Minho é de base municipal e que se prende com os territórios de baixa densidade, estando em curso a capilaridade através de candidatura que foi objeto da aprovação, lançada pelo anterior executivo e que está neste momento em curso em vários concelhos do Alto Minho, no âmbito do estudo que está a ser feito. -----

--- Em relação ao Cluster do Turismo e produtos locais, os projetos do Minho In, que fazem parte da aprovação do próprio Minho In, os projetos âncora aguardam que lhes seja dado andamento e rondam os 7,1 milhões de euros. Relativamente à questão do Turismo Natureza e das ecovias, a CIM está a avançar com o processo. Sobre processos em curso e, que estão em desenvolvimento, prendem-se com o Cluster da Economia do Mar, no âmbito do PROMAR - o Centro de Mar, que são projetos que estão em desenvolvimento e que tem merecido a atenção da CIM, sendo um dos aspetos também importante, e objeto de valorização no âmbito de aprofundamentos do estudo estratégico, é a problemática da indústria naval. -----

--- A CIM Alto Minho tem abordado e desenvolvido no âmbito destes assuntos estratégicos, questões relativas aos fatores de competitividade, empreendedorismo, empregabilidade do Alto



Minho sendo aspetos importantes, que estão a ser objeto de tratamento e que fazem parte das linhas de intervenção, numa altura em que são muito importantes para a região.-----

--- No que concerne à estratégia do Minho 2020, referiu a questão das redes institucionais, uma questão importante de interligação nesta rede institucional, quer ao nível dos municípios, quer no interior da região, quer também conectadas as respetivas instituições com as quais existe ligação. Para além desta atividade a CIM tem também, no âmbito energético, desenvolvido conjuntamente com outros parceiros, fundamentalmente com a EDP, com os Estaleiros Navais, com a ADN e outras instituições, ações relativas à questão da eficiência energética, da racionalidade de consumos energéticos, aguardando ainda a aprovação das respetivas candidaturas, relacionadas com a diminuição da fatura energética por parte dos Municípios, quer ao nível da iluminação pública, quer ao nível da eficiência energética dos próprios edifícios, quer ao nível da fatura energética de pontos de consumo bastante elevados, como as piscinas e outros equipamentos. Merece, do ponto de vista da CIM, a atenção no sentido de se introduzirem ou alterar esses equipamentos, quer a nível de lâmpadas, quer ao nível de outras fontes energéticas que possibilitem baixar a fatura energética e com isso diminuir os custos para os Municípios. Existindo uma comparticipação de 70%, a CIM esta a articular com os municípios a apresentação de um equipamento por cada município, para avançar com a auditoria energética, no sentido de se implementarem ações que visem melhorar a eficiência energética e com isso obter poupanças.-----

---Para terminar, referiu que, em termos genéricos, o senhor Presidente do Conselho Executivo tem um conhecimento mais próximo de todos os dossiers e daria uma explicação mais precisa à Assembleia, embora a informação transmitida espelhe, em termos globais, a atividade da CIM, tendo como principal objetivo fomentar uma forte relação entre os interesses da região protagonizado pelos municípios.-----

--- Quanto à CIM piloto, informou que não há muito mais informação porque ainda faltam respostas concretas para questões importantes como, as respetivas condições, em termos financeiros, para poder tornar essas competências mais eficientes e poderem contribuir para servir melhor os cidadãos. -----

--- Dirigindo-se ao membro Paulo Morais, esclareceu, que não vê no senhor Presidente do Conselho Executivo da CIM intencionalidade no âmbito da questão que colocou, citando que, a CIM debate-se com o problema da dispersão dos locais de trabalho, informando sobre o diálogo com o Ministério da Administração Interna, no sentido de o edifício do ex-Governo Civil ser a sede da CIM, uma vez que a atual sede não é em instalações da CIM.-----

--- Esclareceu ainda que, relativamente à questão levantada pelo membro Roleira Marinho, sobre a participação de representantes da CIM em eventos municipais, é muitas vezes a



indisponibilidade de agenda pela assunção de outros compromissos, havendo uma preocupação em sempre que possível participar.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Não havendo inscrições passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

2.2. Apresentação do relatório da Comissão da Saúde e Assuntos Sociais.

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro, Álvaro Guimarães Gomes para apresentar as conclusões do relatório da Comissão da Saúde e Assuntos Sociais.---

Álvaro Guimarães Gomes – Após cumprimentar todos os presentes, endereçou os seus pêsames ao membro Martinho Cerqueira pelo falecimento da esposa.-----

--- Agradeceu a todos os membros da Comissão da qual faz parte, pelo trabalho desenvolvido, sem o qual o relatório não poderia ter sido elaborado, agradecendo ainda, em especial ao membro José Carlos Freitas pelo trabalho em secretariar e preparar o relatório final.-----

--- Referiu que, não procedia à leitura do relatório, uma vez que o mesmo foi distribuído por todos os presentes.(Doc.10/2012) -----

--- Informou, que inicialmente foram solicitados dados a várias instituições, e que com as respostas rececionadas chegaram com facilidade a consenso, sobre a informação obtida, referindo que alguns dados poderão estar desatualizados, pois certamente algumas taxas terão aumentado, entre o espaço de tempo da receção e compilação de todos os dados, até à presente data. -----

Elaboraram alguns considerandos que se prendem com a saúde e assuntos sociais, e que da última reunião, realizada a 31 de agosto, não gostaria de deixar passar em claro os considerandos que completaram toda a panóplia de informação recolhida das várias instituições e que deu origem ao documento apresentado.-----

No que respeita a incumprimento de créditos à habitação, que o Governo já admitiu a situação, tendo encetado negociações com a banca, que julga neste momento estarem suspensas, mas que esta Comissão através dos dados recolhidos, neste relatório, alerta e propõe também ao Conselho Executivo, sobre o poder que poderá ter junto do Governo, através da CIM piloto, de reconsiderar esta situação para que as famílias não fiquem privadas de um bem tão precioso, que depois da saúde é a habitação.-----

Relativamente à tabela de taxas moderadoras, o Governo estabeleceu a isenção de taxas moderadoras na saúde até um determinado montante de rendimento, cerca de 638 euros, valor a partir do qual, a taxa é abruptamente igual, independentemente dos rendimentos auferidos. Entendendo esta Comissão, que o aumento de taxas deveria ser proporcional, pelo que o montante mínimo de isenção deveria ser cerca de 1000 euros, e a partir desse montante o que a tutela considere lógico, pretendendo uma equidade na distribuição dos sacrifícios, nomeadamente no acesso aos cuidados de saúde. Refere a atuação do Governo, com a qual



Handwritten signature and initials

concordam, no estabelecimento de quem pagará ou não as taxas moderadoras, embora anotem alguma injustiça, em que alguns cidadãos apesar da posse de bens suficientes, por algum motivo particular, estão isentos das taxas moderadoras, e não apenas por doença, concluindo que a definição dos meios de atribuição das taxas moderadoras não sejam os mais adequados.-- Acrescentou que para além desta realidade o reverso também se verifica, numa outra facha económica, os isentos de taxas moderadoras, por esta razão poderão utilizar o serviço de saúde gratuitamente sem qualquer limitação, levando por vezes a abusos, não sendo muito ético. A recomendação que apresentam é uma limitação de acessos a partir de um determinado número de frequências que, seja entendido como ajustado, pelas autoridades competentes, salvaguardando sempre as situações de doença crónica de acordo com a legislação em vigor, que estão sempre isentos independentemente dos seus rendimentos e património, como o caso dos diabéticos e os doentes oncológicos no IPO, pois nas outras unidades de saúde pagam.----- Acrescentou que se deveriam corrigir algumas situações, atendendo a que a região Norte e o distrito de Viana do Castelo são das regiões social e economicamente mais desfavorecidas. Solicitam ao Conselho Executivo o encaminhamento ao órgão nacional, desta recomendação que esta Comissão propõe.-----

Relativamente ao transporte de doentes, verifica-se uma diminuição, cada vez os utentes têm menos facilidades, sendo necessário em zonas de acesso extremamente difícil, ajustar alternativas, até porque algumas SIVS vão ser transferidas de lugar, agravando situações geograficamente mais distantes dos centros de atendimento de urgência, médica e médico-cirúrgica. Propõem, a colaboração possível dos Municípios complementando o serviço prestado pelo Ministério da Saúde.-----

Propõe ainda esta Comissão, que o Conselho Executivo diligencie, junto do Ministério da Educação, para que sejam agilizados os pagamentos, cumprindo prazos, respeitantes às verbas das refeições e transportes escolares, sendo detetadas situações preocupantes, nomeadamente com a alimentação das crianças.-----

Para terminar, referiu que, atendendo ao abandono, por parte do jovens diferenciados, do país em busca de melhores condições de empregabilidade, existe um défice demográfico que se agrava, ficando com uma população envelhecida, sem produção e maiores gastos. Considerando esta região mais empobrecida do país, propõe esta Comissão ao Conselho Executivo a tentativa de encontrar estratégias para reverter o fluxo de emigração e imigração que se verifica atualmente, que contribui de forma decisiva para o agravamento dos valores em causa.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Não havendo inscrições passou de imediato ao seguinte ponto da Ordem do Dia. -----



2.3. Apresentação de proposta “Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos”.

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo. -----

--- O senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo começou por solicitar à Assembleia a autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro para que pudessem proceder à distribuição de compromissos plurianuais nas condições: ações que estejam previstas e constantes no âmbito das grandes opções do plano; que os encargos não excedam o limite 99 mil euros e que a assunção dos compromissos plurianuais, posteriormente serão remetidos à Assembleia Intermunicipal para conhecimento em função desta autorização genérica. Citou que, esta autorização genérica é prevista no âmbito da lei e nesse sentido seria importante para a ação do próprio Conselho Executivo, a assunção deste tipo de compromissos permitindo facilitar a gestão, não se pretendendo qualquer tipo de facilidades em termos financeiros, apenas contribuir para maior eficiência ao nível da gestão, nomeadamente, no fim do ano, em que é necessário proceder à assunção de compromissos, que muitas vezes, projetos e estudos ultrapassam mais que o ano, em que é necessário a autorização da Assembleia. Informou ainda que, esses custos estão previstos no âmbito das grandes opções do plano, que são aprovados pela Assembleia, e que nos termos da lei, solicita que se conceda autorização genérica. Acrescentou ainda que, todas as decisões que sejam tomadas no âmbito da autorização genérica, serão remetidas à Assembleia para conhecimento e ratificação. Solicitou ainda a anuência da Assembleia, contribuindo para facilitar a gestão no âmbito de Conselho Executivo. -----

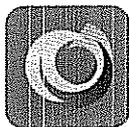
O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão de ponto. Inscreveu-se o membro Roleira Marinho. -----

Roleira Marinho (PSD) – Referiu não ter grandes dúvidas em votar o solicitado, porque pressupõe o enquadramento na nova legislação, mas enunciando o ponto quatro do documento apresentado, referiu já existirem compromissos assumidos, pressupondo que a autorização, agora solicitada, tenha efeitos retroativos a fevereiro de 2012 e, nessas circunstâncias questiona sobre os compromissos já assumidos.-----

--- O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo, que esclareceu, que a informação que possui é que não existem compromissos assumidos retroativamente. -----

--- O senhor Presidente passou de imediato à votação deste ponto, que foi aprovado por unanimidade.(Doc.11/2012)-----

--- Sendo a presente deliberação submetida ao plenário para efeitos de aprovação em minuta o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade. -----



--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.4. Apresentação de proposta “Aquisição das ações da MINHOCOM, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM e VALICOM, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM” -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo, referindo que sobre este assunto já havia transmitido a explicação dos objetivos que estão subjacentes ao pedido, quer ao pedido de aprovação, quer também à necessidade da CIM fazer esta aquisição por parte das Associações. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Não havendo inscritos passou de imediato à sua votação que foi aprovada com 40 votos a favor, 0 contra e 1 abstenção. (Doc. 12/2012) -----

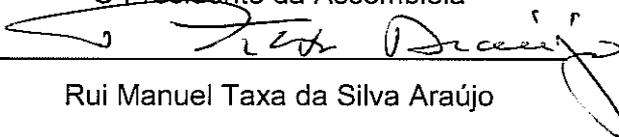
--- Sendo a minuta submetida ao plenário para efeitos, de aprovação em minuta, o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura tendo sido aprovada por unanimidade. -----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

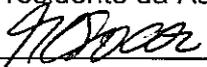
--- O senhor Presidente passou ao terceiro ponto da Ordem do Dia. Todavia, não se registaram quaisquer inscrições, depois de inquiridos os presentes. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e encerrou, pelas vinte horas, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

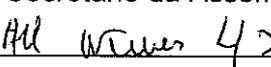
O Presidente da Assembleia

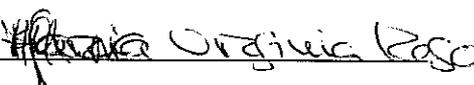

Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia


Maria Conceição da Cunha Aragão Soares

O Secretário da Assembleia


Abel Nunes Lopes



Maria Virgínia Guedes do Rego